

Revista Filosófica de Coimbra

VOL. 7 • N.º 13 • MARÇO 98

MIGUEL BAPTISTA PEREIRA — *A essência da obra de arte no pensamento de M. Heidegger e de R. Guardini*

CHRISTOPH ASMUTH — *Começo e forma da Filosofia. Reflexões sobre Fichte, Schelling e Hegel*

KARL-HEINZ WEIGAND — *Ernst Bloch - Une introduction*

FERNANDA BERNARDO — *O rosto como Expressão: ou o acolhimento do outro/outro segundo E. Levinas*

JOÃO TIAGO PEDROSO DE LIMA — *Maurice Merleau-Ponty, Paul Cézanne e o problema da essência da pintura*

ao inciso «istud autem non videtur sufficienter dictum» (tópica do afastamento de Durando em relação ao seu confrade Nédellec, v. g. p. 377) com que se assinala um pensar constantemente em processo e profundamente individual ou interiorizado tão inquietantemente comum nesses tempos avessos à superficialidade do trabalho mental.

Para terminar, vale a pena referir devidamente que o livro de P.P. também nos interessa a nós, portugueses, pelo facto de chegar a estudar posições como as dos Conimbricenses, de Fonseca ou de Suárez (ao qual atribui a análise mais ampla da categoria 'quando' na segunda escolástica na esteira distante de Egídio Romano). Recordemos porém que a temática do tempo em Pedro da Fonseca havia sido trabalhada, entre nós, pelo menos por V. de Sousa Alves e por M. Baptista Pereira, este último em notável e conspícua tese doutoral. Nesse particular, porém, haveria que fazer, pelo menos, ligeiros reparos. Em primeiríssimo lugar, corrigir afirmações da nota 171 (p. 459), designadamente a que ainda liga Fonseca ao projecto do Curso Conimbricense (vd. A. Martins s. v. in *Logos*), ou observarmos que a relação Curso Conimbricense/Suárez é a inversa do que a que se pode perceber na nota seguinte dessa mesma página (vd. também p. 473, n. 202); e, finalmente, dar como incorrecta a cota do mss de Coimbra referido (p. 461) T 38, publicando que são três os textos de Luís de Molina existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, *De iustitia* (SP - 0 - 5 - 5) *Concordia liberi arbitrii* e *Appendix ad concordiam liberi arbitrii* (RB - 34 - 36 e R - 34 - 21).

Mário Santiago de Carvalho

SKINNER, Quentin. Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes.
(Cambridge: Cambridge University Press, 1996) xvi + 477 pp

O objectivo central deste volume é testar as características da aspiração central de Hobbes em matéria de filosofia política: transformá-la numa disciplina científica de acordo com os cânones da ciência moderna emergente. Não se trata porém de descobrir elementos radicalmente novos no que se refere à intenção de construir uma *scientia civilis* rigorosa. Esta intenção programática, como é sabido, é uma constante dos principais textos de Hobbes desde *The Elements of Law* até ao *Leviatã* passando pelo *De Cive*. A análise de Skinner pretende reapreciar a partir de uma leitura rigorosa dos textos publicados e de muitos manuscritos inéditos e de uma ponderação do contexto cultural em que se inscreve a obra de Hobbes, os contornos mais precisos da sua compreensão da nova ciência civil. Muitos comentadores leram o texto hobbesiano como se a sua concepção da *scientia civilis* não fosse mais do que a simples transposição da sua compreensão da metodologia das ciências naturais. O seu intento de expor e investigar os grandes temas da moral e da política *more geometrico* mantém-se ao longo da obra. Mas, como alguns comentadores mais recentes sublinharam, nos textos posteriores aos *Elementos*, Hobbes introduz várias diferenças entre os métodos das ciências da natureza e as ciências humanas. No próprio *De Cive*, Hobbes salienta que ao tratar-se dos corpos artificiais investigados pela ciência política não se pode prescindir, como nas ciências da natureza, da consideração da finalidade para que foram criados.

Quentin Skinner procura neste volume explorar alguns aspectos desta questão tentando determinar em que sentido Hobbes terá realmente feito uma verdadeira distinção entre os métodos das ciências da natureza e os das ciências humanas. A tese central de Skinner parece poder reduzir-se ao facto de Hobbes ter chegado, por volta de 1651, à conclusão de que as ciências humanas, ao contrário das ciências da natureza, precisavam de um complemento retórico. Nelas, a força da razão, por si só, revela-se estruturalmente incapaz

de conseguir a adesão dos destinatários do texto político. É neste contexto que entra a força motriz da eloquência. Teríamos, assim, em Hobbes a defesa e realização sistemática da união entre razão e retórica constante do ideário do humanismo.

O texto de Skinner, como não poderia deixar de ser, constitui um belo exemplo da aplicação dos pressupostos daquilo a que já se chama a escola de Cambridge na área da história das ideias. O aspecto fulcral do método nas palavras do próprio Q. Skinner consiste em colocar os textos históricos em tais contextos que nos permitam identificar o que é que os seus autores estavam a *fazer* ao escrevê-los. Isto implica, entre outras coisas, des- centrar Hobbes, indicar quais são as tradições perante as quais ele reage, que tipo de argumentos ele escolhe, que alterações introduz nos debates em que participa. Precisamente porque Skinner parte da convicção de que a sua filosofia política está em grande parte determinada pela linguagem das discussões correntes no Renascimento sobre a natureza das ciências humanas dedica toda a primeira parte do volume a um estudo minucioso da eloquência clássica na Inglaterra do Renascimento (19-214) regressando a Hobbes numa segunda parte (215-438) para reavaliar o impacto do confronto com a tradição das teorias neo-ciceronianas na sua compreensão final do valor e limites da *scientia civilis*.

A primeira parte do texto fornece um quadro excelente sobre o estudo da retórica e as várias técnicas de argumentação bem como dos ideais educativos que lhe estavam associados. São cinco capítulos que contêm rica informação sobre o impacto do curriculum humanista no contexto cultural em que se inscreve a obra de Hobbes. Não parece, contudo, que o que se ganha com este tipo de informação seja proporcional ao esforço dispendido pela generalidade do público alvo de uma monografia sobre Hobbes. Para os mais interessados pelos domínios da retórica e da tópica, Skinner não traz elementos de grande novidade excepto no que se refere à recepção da tradição ciceroniana na Inglaterra dos séculos XVI e XVII. Com isto não queremos de forma alguma minimizar o interesse da análise contextualizada do projecto hobbesiano de construção de uma *scientia civilis*.

Skinner pensa que Hobbes, ao esboçar as linhas mestras da sua *scientia civilis* no final dos anos 1630, estava a reagir mais contra o esquema mental do humanismo e a sua cultura retórica do que contra qualquer espécie de pirronismo ou relativismo céptico como quer certa historiografia do dealbar da Modernidade. Uma das preocupações centrais de Hobbes seria precisamente resgatar o conceito de justiça da situação lamentável em que o deixaram os cultores da eloquência. Quentin Skinner não pretende, de modo algum, eliminar esta dimensão anti-dialógica da concepção hobbesiana da política. O que ele pretende mostrar, de acordo com a metodologia teorizada noutros textos, é que o estudo rigoroso do contexto cultural de uma obra não é apenas mais uma alternativa a outras leituras ou aproximações a essa mesma obra. No caso de Hobbes, Skinner defende a tese de que há uitos elementos na sua concepção da ciência política que não podem ser explicados se não tivermos em conta as circunstâncias em que surgiram. Exemplos flagrantes seria o do próprio conceito de cidadão que surge no título de uma das suas obras mais importantes, *De Cive*.

A resposta a muitas questões que surgem a propósito deste conceito seria possível no enquadramento das questões ligadas à educação retórica. Os programas educativos deste tipo de humanismo no Renascimento Inglês estavam associados a uma pretensão de favorecer uma abordagem mais ampla e inclusiva da cidadania e do engajamento cívico. Skinner sublinha, com alguma razão, que não se podem compreender bem as opiniões de Hobbes acerca dos deveres do bom cidadão se não for possível perceber em que medida elas são apresentadas como um comentário hostil e sarcástico às tentativas humanistas de promover o estudo da retórica como preparação para a vida pública.

Skinner apresenta-nos uma narrativa da evolução intelectual de Hobbes em três momentos, como já vem sendo hábito em casos semelhantes. No primeiro episódio, o jovem Hobbes absorve completamente a compreensão retórica da *scientia civilis* durante

a sua formação literária. Segue-se o acto de rebeldia que o leva a recusar esta compreensão da política. Finalmente, teríamos o momento de superação que lhe permitiria integrar os dois primeiros momentos. Skinner não fala propriamente assim mas este tipo de linguagem permite-nos vislumbrar onde está, a nosso ver, o ponto fraco da interpretação aqui oferecida. Skinner diz-nos que a atitude final de Hobbes perante a cultura do humanismo no *Leviatã* reflecte um desejo de reapropriar muito daquilo que antes pôs de lado. Contrariamente àquilo que sucede com alguns comentadores, Skinner não cai na armadilha de negar a dimensão demonstrativa ou científica do *Leviatã* em favor de uma dimensão puramente retórica. Contudo, o seu texto está todo orientado para a análise das características retóricas da obra de Hobbes e do *Leviatã* em particular. Salienta em particular o uso sistemático das técnicas do *ornatus* e o tipo de efeitos retóricos conseguidos com objectivo predominantemente satírico. Isto tem implicações importante na interpretação das convicções religiosas de Hobbes e das suas afirmações sobre a veracidade da Bíblia e dos mistérios da fé cristã. Skinner faz um trabalho notável para nos consciencializar do facto de que o *Leviatã* é produto de uma cultura literária que não nos é familiar. Porém, defendendo, em princípio, que a sua metodologia não significa apenas mais uma maneira de ler os textos ou uma simples actividade de antiquário, deveria ser capaz de oferecer mais elementos para uma interpretação contextualizada da dimensão "científica" do *Leviatã*. Provavelmente parte do pressuposto que este aspecto é o mais frequentemente valorizado na bibliografia especializada mais recente. Este aspecto pode prejudicar gravemente o impacto da leitura de Skinner na medida em que não mostra claramente o impacto desta revalorização da dimensão retórica na análise do texto de Hobbes enquanto tratado científico. Skinner poderá apontar inúmeros aspectos positivos da sua reapreciação do texto hobbesiano mas ficará sempre uma grande insatisfação no que diz respeito à análise do sistema filosófico propriamente dito. Skinner reconhece que Hobbes foi o primeiro autor a apresentar um sistema filosófico global em língua inglesa. Mas, de facto, mais do que analisar as características deste sistema, Skinner preocupou-se com a tarefa de mostrar, até à saciedade, que, ao ensinar a filosofia a falar inglês, Hobbes ensinou-lhe, simultaneamente, um certo tom de voz muito peculiar. Um estilo que terá os seus continuadores em David Hume e em Bertrand Russell. Não é aqui o lugar de discutir o preconceito elitista subjacente a esta leitura. Não precisamos de ser partidários de um optimismo iluminista incondicional para exigirmos mais de um texto filosófico do que o simples domínio de determinadas técnicas da retórica para ridicularizar os ignorantes.

António Manuel Martins

REATH, Andrews/ HERMAN, Barabara / KORSGAARD, Ch. M. (Eds). **Reclaiming the History of Ethics. Essays for John Rawls** (Cambridge: CUP, 1997) vii +415 pp

Estamos perante um volume de homenagem a John Rawls, escrito por antigos alunos que hoje ensinam em diversas universidades norte-americanas, que assume a forma de estudos inspirados na metodologia rawlsiana do equilíbrio reflectido. Apenas duas autoras não pertencem ao mundo da universidade norte-americana: Susan Neiman, professora na Universidade de Tel Aviv e Onora O'Neill, da Universidade de Cambridge. O contributo de Rawls para a revitalização da filosofia política e para a constituição da própria agenda, desde a publicação de *Uma Teoria da Justiça*, é geralmente reconhecido mesmo por aqueles que discordam de muitas das suas opiniões. O que talvez não tenha ainda sido devidamente